



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

ANNE CAROLINY PEREIRA PATRICIO

**O corpo feminino como território explorado e domesticado: uma análise da
personagem "rapariga dos óculos escuros" em "Ensaio sobre a cegueira", de
José Saramago**

JOÃO PESSOA
2025

Anne Caroliny Pereira Patricio

O corpo feminino como território explorado e domesticado: uma análise da personagem "rapariga dos óculos escuros" em "Ensaio sobre a cegueira", de José Saramago

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Letras, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB – Campus I) como requisito final para obtenção do grau de Graduada em Letras - Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Cristina Marinho Lúcio

João Pessoa/PB
2025

Anne Caroliny Pereira Patricio

O corpo feminino como território explorado e domesticado: uma análise da personagem "rapariga dos óculos escuros" em "Ensaio sobre a cegueira", de José Saramago

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Letras, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB – Campus I) como requisito final para obtenção do grau de Graduada em Letras - Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Cristina Marinho Lúcio

Data de aprovação: 19/09/2025

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Ana Cristina Marinho Lúcio – (DLCV/UFPB)
Orientadora

Prof.^a Dra. Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplgne (DLCV/UFPE)
Membro da Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Silvana Kelly Gomes de OLiveira (DLPL/UEPB)
Membro da Banca Examinadora

João Pessoa/PB
2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P314c Patricio, Anne Carolyn Pereira.

O corpo feminino como território explorado e domesticado: uma análise da personagem "rapariga dos óculos escuros" em "Ensaio sobre a cegueira", de José Saramago / Anne Carolyn Pereira Patricio. - João Pessoa, 2025.

051 f.

Orientador: Ana Cristina Marinho Lucio.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2025.

1. Corpo feminino. 2. Poder. 3. Objetificação. 4. Exploração. I. Lucio, Ana Cristina Marinho. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 82-31(469)

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são múltiplos, primeiro lugar a Deus, pois ele é meu guia e sustento de todas as horas; à minha família, esposo e filhas, pelo incentivo diário, meu combustível para concluir mais uma etapa da vida, à minha orientadora e professora Dra. Ana Cristina Marinho, que de forma tão solícita e atenciosa esteve presente nessa construção e à minha grande amiga e também professora Dra. Prisciane Ribeiro, por ter participado desde o início, quando ainda pensava sobre o que escrever, e ela me auxiliou, me orientou e me incentivou.

RESUMO

Este trabalho analisa a personagem “rapariga dos óculos escuros”, do romance *Ensaio sobre a cegueira* (1995), de José Saramago, a partir da concepção do corpo feminino como território de domesticação, exploração patriarcal e objetificação. A investigação, fundamentada nas reflexões de Silvia Federici (2017), Heleieth Saffioti (1978, 1984 e 2004), e Judith Butler (2003), evidencia como o corpo da mulher, historicamente submetido a processos de invisibilização, estigmatização e apropriação social, é representado literariamente como espaço de controle e disciplinamento. A personagem, identificada pela marca social da prostituição, é narrativamente construída como corpo anônimo e objetificado, revelando as camadas de apagamento identitário e de violência simbólica e material que recaem sobre o feminino. Nesse sentido, o estudo demonstra que a obra saramaguiana denuncia, de forma alegórica, a permanência das estruturas patriarcais que reduzem a mulher à condição de objeto.

Palavras-chave: corpo feminino; poder; objetificação; exploração.

ABSTRACT

This study examines the character known as the “girl with dark glasses” in José Saramago’s *Blindness* (1995), through the perspective of the female body as a territory of domestication, patriarchal exploitation, and objectification. Grounded in the theoretical reflections of Silvia Federici (2007), Heleieth Saffioti (1978, 1984, 2004), and Judith Butler (2003), the research highlights how the female body - historically subjected to processes of invisibility, stigmatization, and social appropriation - is represented in literature as a space of control and disciplining. The character, identified by the social stigma of prostitution, is narratively constructed as an anonymous and objectified body, exposing the layers of identity erasure and the symbolic and material violence imposed upon women. Thus, Saramago’s novel allegorically denounces the persistence of patriarchal structures that reduce women to the condition of objects.

Keywords: *female body; power; objectification; exploitation.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. O CORPO COMO TERRITÓRIO: HISTÓRIA E IDEOLOGIAS.....	12
1.1 A domesticação do corpo feminino e a acumulação primitiva.....	13
1.2 Patriarcado como estrutura de classe.....	18
1.3 A construção performativa da mulher.....	23
1.4 Convergências teóricas: o corpo feminino como território político.....	26
2. A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA OBRA SARAMAGUIANA.....	28
2.1 A domesticação como controle de exploração.....	31
2.2 Patriarcado e violência como disciplina.....	34
2.3 Performatividade e apagamento identitário.....	39
2.4 A cegueira como metáfora da invisibilidade feminina.....	42
CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

Althusser (1980), em “Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado” alega que a ideologia da classe dominante não é definida assim por intervenção divina, nem pelo mérito da simples tomada do poder de Estado, mas pela instauração do que o autor chama de “Aparelhos Ideológicos de Estado”. Sob essa perspectiva, ao pensar em ideologia, é preciso compreender que ela não se manifesta apenas do ponto de vista da classe social, mas também atravessa a construção histórica das diferenças sexuais. Padrões de atitudes e contextos vistos como “naturais” – comportamentos, papéis sociais ou representações exemplares do feminino – é, em suma, resultado de uma elaboração cultural sustentada na manutenção de relações de poder e a desigualdade entre homens e mulheres pode ser lida como uma das faces mais persistentes da ideologia.

A história humana é, frequentemente, um monólogo dos poderosos dirigido aos que não têm voz (EAGLETON, 2006). Essa sobreposição perdura, mesmo quando há diálogo, porque a palavra é sempre trespçada pelo poder. Por isso, a ideologia atua também no campo das relações de gênero, definindo modos de percepção e comportamento que vão da violência aberta à dominação inconsciente (EAGLETON, 2006). Nesse sentido, a história das mulheres tem sido atravessada por processos de invisibilização, exploração e domesticação, nos quais o corpo feminino é constantemente apropriado por estruturas sociais, políticas e econômicas dominantes.

Em sociedades de tradição ocidental, como a portuguesa, esses mecanismos revelam-se mediados por uma moral religiosa, presente no patriarcado e em práticas coloniais, elementos que reforçam a subordinação feminina e vinculam um corpo disciplinado pelas normas culturais que naturalizam sua marginalização.

Esses mecanismos ideológicos, ao incidirem sobre o corpo e a identidade das mulheres, encontram na literatura um espaço de revelação e questionamento. Assim, o espaço literário não só se estabelece no campo da representação, mas atua como veículo de resistência e de denúncia para problematizar essas dinâmicas de poder e analisar as diversas formas de representação do corpo feminino. Por meio dela, torna-se possível evidenciar como valores culturais foram naturalizados e,

ao mesmo tempo, propor rupturas esses valores.

É justamente essa potência que se encontra nos romances de José Saramago. Suas narrativas, além de denunciar injustiças sociais e humanas, também colocam em evidência as tensões entre masculino e feminino, desvelando camadas de opressão que atravessam a vida cotidiana.

A obra *Ensaio sobre a cegueira* (1995), de José Saramago, é um exemplo deste dever literário, pois expõe, por meio de uma narrativa alegórica, como situações-limites intensificam estruturas de dominação e reforçam discursos de poder. Nesse cenário, a personagem conhecida como “rapariga dos óculos escuros” emerge como figura central, como, simultaneamente, objeto de desejo e sobrevivência, mas também agente de resistência e construção identitária. Assim, seu corpo adquire dimensão simbólica ao encarnar a tensão entre opressão e agência.

A partir desse ponto de vista, delinea-se no presente trabalho o objetivo de analisar a representação do corpo da “rapariga dos óculos escuros” como território de exploração, resistência e reelaboração identitária, evidenciando como a narrativa saramaguiana transcende a descrição literária e projeta um espaço de disputa político-estético. Justifica-se este estudo pela relevância de compreender o modo como a literatura pode revelar e ressignificar formas históricas de opressão feminina, especialmente em um autor consagrado como Saramago, cuja obra se estrutura sobre dois pilares: crítica social e questionamento ético.

Para dar fundamentos à análise, a pesquisa articula-se com referenciais teóricos essenciais que se estabelecem em uma tríade teórica, a fim de englobar as nuances estruturais da sociedade que comportam posturas e discursos de dominação do corpo-identidade da mulher. Nesse aspecto, Silvia Federici oferece uma perspectiva histórica ao interpretar o corpo feminino como base material da acumulação primitiva e da domesticação social; Heleieth Saffioti contribui com a interseccionalidade de gênero, classe e raça, destacando os mecanismos de exploração simbólica e econômica da mulher; e Judith Butler problematiza o gênero como construção discursiva e performativa, permitindo discutir como a personagem se inscreve em regimes de poder e ressignificação.

A metodologia adotada consiste na leitura analítica da obra *Ensaio sobre a*

cegueira, em diálogo com os aportes teóricos acima citados, além da consideração da fortuna crítica já consolidada sobre a personagem. Nesse âmbito, destacam-se três estudos fundamentais: Letícia Rodrigues & Marília Costa, que interpretam o corpo da rapariga como espaço de transformação identitária em contextos de caos, ainda marcado pela precariedade, além de Ulisses Coelho da Silva & Aline Conceição Job da Silva, que ressaltam a função materna e afetiva da personagem como resistência à lógica da aparência. O estudioso Leonardo Rodrigues Teixeira, que, em análise comparada entre literatura e cinema, evidencia a potencialidade simbólica da rapariga em contraste com a mulher do médico, ambas representando múltiplas facetas do feminino sob pressões extremas.

A partir desse conjunto crítico e teórico, a hipótese desta pesquisa se centra na representação do corpo da “rapariga dos óculos escuros” que constitui não apenas um recurso narrativo, mas uma estratégia literária de denúncia e ressignificação das formas de opressão. O corpo feminino, nesse caso, revela-se como território político

estético de exploração, solidariedade e resiliência, contribuindo para uma leitura ampliada da literatura enquanto espaço de resistência às estruturas patriarcais e coloniais que historicamente marginalizaram as mulheres.

1. O CORPO COMO TERRITÓRIO: HISTÓRIA E IDEOLOGIAS

Ao longo da história, a mulher foi sistematicamente colocada em posição de subordinação, tendo seu corpo, seu trabalho e sua subjetividade apropriados por estruturas patriarcais que se moldaram de acordo com diferentes contextos sociais, políticos e econômicos. Em Portugal, essa trajetória é marcada por um conjunto de práticas institucionais e simbólicas que reforçaram a ideia da mulher como objeto — de posse, de desejo, de controle ou de uso social. Essa condição é marcada na literatura portuguesa, explorando as diversas camadas de manifestações sociais, culturais e históricas do feminino.

Na pesquisa que segue, busca-se investigar o espaço do corpo feminino na obra "Ensaio sobre a cegueira", de José Saramago, considerando que, dentro do arcabouço narrativo, parte das relações e rupturas sociais irrompem a partir da posição do corpo como matéria central dos confrontos humanos, sobretudo o corpo feminino, símbolo de resistência, sofrimento e afetos.

Do ponto de vista social o corpo da mulher é um receptáculo das insurgências sociais, residindo no espaço de violência e até de sacrifício.

Para maior apreensão dessa perspectiva analítica que será desenvolvida na análise do *corpus* da nossa pesquisa, o presente capítulo visa tecer reflexões sobre o espaço do corpo e sua função, para além de sua condição biológica, abordando os diversos ângulos de suas marcas, do ponto de vista, social, religioso, simbólico e político, evidenciando, nesse sentido, o corpo como um produto dos esquemas de poder e controle.

Nesta seção, o objetivo é apresentar um panorama histórico e conceitual da objetificação feminina, articulando a história das mulheres em Portugal, já que o autor da obra analisada é um escritor português, o que imprime em seu discurso essa acomodação das experiências vivenciadas por esse grupo de nacionalidade portuguesa, com as contribuições teóricas de Silvia Federici (2017), e sua ideia de corpo como acumulação primitiva; Heleieth Saffioti (2004), na defesa de que o corpo feminino é um instrumento de dominação patriarcal e Judith Butler (2003), com a concepção do gênero como um espaço performativo, assumindo assim uma compreensão acerca da intersecção entre história, gênero e poder, propondo que a

posição da mulher como objeto não é um dado natural, mas resultado de um projeto político e ideológico que a transformou em território de exploração - simbólica, material e sexual.

1.1 A domesticação do corpo feminino e a acumulação primitiva

A filósofa e historiadora Silvia Federici propõe, em sua obra *Calibã e a bruxa* (2017), uma releitura crítica do processo de surgimento do capitalismo a partir da categoria de “acumulação primitiva”, originalmente formulada por Karl Marx. Nesse aspecto, enquanto o sociólogo descreve essa fase como o momento de expropriação violenta de terras, destruição dos modos de produção comunitários e formação da força de trabalho assalariada, a autora amplia esse conceito ao incluir o papel central da opressão das mulheres nesse processo. Para ela, o capitalismo não poderia ter se consolidado sem a imposição de um novo regime de controle sobre o corpo feminino.

Essa apropriação se deu por meio da repressão à sexualidade, da imposição da maternidade compulsória, da divisão sexual do trabalho e, especialmente, da violência sistemática, construindo uma identidade feminina relegada ao espaço doméstico, reduzida à função de reprodutora da força de trabalho física e emocional, tornando seu trabalho invisível e não remunerado. Nesse sentido, “a mulher foi transformada em uma máquina de reprodução da força de trabalho” (FEDERICI, 2019, p. 27), revelando que o corpo feminino foi uma das bases materiais da acumulação de riqueza capitalista. Assim, o que Federici propõe é uma inversão do olhar tradicional sobre a história econômica, colocando o corpo da mulher como território estratégico de dominação - e, também, de resistência (2019).

Na tradição ocidental, o corpo da mulher sempre foi objeto de controle e regulação, inicialmente por meio da moral religiosa e, mais tarde, pelas instituições do Estado e da ciência. Em Portugal, durante a Idade Média e o período moderno, o papel da Igreja Católica foi central na construção da feminilidade como fragilidade, pecado e necessidade de submissão ao poder masculino. Nesse aspecto, autora demonstra que, durante a transição do feudalismo para o capitalismo, as mulheres foram excluídas dos espaços de produção e submetidas a um rígido regime de controle corporal e reprodutivo (2017). Desse modo, ela interpreta a perseguição às

mulheres sob acusação de bruxaria, como um marco da reestruturação do poder patriarcal, alinhado às necessidades da nova ordem econômica. Nesse ínterim, “a redefinição da mulher como um ser inferior e perigoso foi uma condição necessária para disciplinar sua sexualidade e sua função reprodutiva sob o novo regime de trabalho e família” (FEDERICI, 2017, p. 104).

Essa lógica de domesticação e instrumentalização do corpo feminino - iniciada no contexto da transição para o capitalismo - não desaparece com o tempo: ela se reinventa e se moderniza. Nesse contexto, o gênero feminino é moldado para o papel de cuidadora, reprodutora e símbolo da moralidade familiar, sendo o pilar invisível de uma estrutura econômica que depende do trabalho não pago e emocionalmente exaustivo realizado dentro do lar. Nessa ótica, cabe mencionar Maria Mies (2014), socióloga, feminista e ativista alemã, reconhecida por suas contribuições ao feminismo anticolonialista e aos estudos sobre o trabalho e a exploração colonial feminina e o seu desenvolvimento global. Seu pensamento teve grande influência nos debates contemporâneos sobre gênero, meio ambiente e economia. Diante disso, a pensadora argumentava que o capitalismo e o patriarcado são sistemas interligados de dominação. Para ela, a exploração do trabalho feminino, dos recursos naturais e dos países colonizados está na base da acumulação capitalista, logo um dos conceitos centrais de sua obra é a ideia de que o capitalismo coloniza não apenas territórios, mas também a natureza, o corpo e o trabalho das mulheres. Mies é uma das primeiras teóricas a desenvolver o conceito de trabalho invisível, denunciando como as economias dependem do trabalho das mulheres nos lares, sem que isso seja reconhecido como produção de riqueza. “O trabalho doméstico realizado pelas mulheres constitui a base invisível e desvalorizada da economia capitalista, sustentando silenciosamente o sistema produtivo global” (MIES, 2014, p. 130).

Além disso, um dos movimentos estruturantes que Federici identifica é a separação, historicamente inédita, entre “produção” (o que vai ao mercado) e “reprodução” (o que repõe a vida e a força de trabalho). Essa cisão não apenas retirou valor econômico da reprodução; ela redefiniu-a como não-trabalho quando realizada no lar, ao mesmo tempo em que preservou sua centralidade para a valorização do capital. O resultado foi duplo: o trabalho doméstico continuou indispensável à produção da força de trabalho, mas passou a ser socialmente

desvalorizado e tratado como uma espécie de vocação natural das mulheres, fora da esfera do valor e, portanto, da remuneração e do reconhecimento (Federici, 2017, p. 155).

Nesse cenário, privadas do acesso aos bens comuns pela via dos cercamentos, muitas mulheres foram empurradas para uma nova forma de expropriação: o próprio corpo e o próprio tempo tornaram-se os “bens comuns” disponíveis ao uso e comando alheios. Federici (2017, p. 178-180) formula, aqui, um diagnóstico preciso:

Quando as atividades femininas foram redefinidas como não-trabalho, o trabalho das mulheres pôde ser apropriado como um “recurso natural”, fora das relações contratuais de mercado. Essa transformação foi acompanhada por um “novo contrato social-sexual” que ocultou as mulheres sob papéis familiares (mães, esposas, filhas), ao mesmo tempo em que liberou o acesso masculino ao seu trabalho e à sua sexualidade (2017, p. 178 – 180)

É nesse contexto que Federici introduz a noção de patriarcado do salário. A política salarial emergente não conferiu às trabalhadoras autonomia econômica; ao contrário, consolidou a apropriação do rendimento feminino pelos homens. Há registros, por exemplo, de pagamentos feitos ao marido pelo trabalho da esposa, reforçando a dependência e ocultando a condição trabalhadora das mulheres. Diante disso, o efeito estrutural foi criar as condições materiais da sujeição feminina e naturalizar a ideia de que o salário “pertence” ao homem, enquanto a mulher “pertence” ao trabalho doméstico. Daí a formulação da pensadora: o patriarcado do salário é a engrenagem que torna organizável, previsível e explorável o trabalho não pago das mulheres (Federici, 2017, p. 297).

Essa reorganização não aconteceu no vazio. Em paralelo, políticas estatais e mercantilistas formularam, já no início da modernidade, um programa explícito de governo da reprodução: incentivo ao casamento, punição do celibato, redefinição da família como instituição-chave e, sobretudo, a ideia de que “a população” é um recurso a ser administrado para fins de guerra, trabalho e colonização. Como relata Federici:

A assistência aos pobres, as casas de correção e a criminalização do “ócio” aparecem, então, como instrumentos de uma política reprodutiva capitalista - intensiva (extrair o máximo de cada corpo) e extensiva (aumentar o contingente populacional). (2017, p. 177-182)

Outro ponto a se analisar é que a dominação patriarcal sobre os corpos femininos não se limita à esfera reprodutiva: ela também opera no plano racial e colonial. Angela Davis (2016, p. 33) analisa como, nos contextos coloniais e escravistas, o corpo da mulher negra foi historicamente duplamente explorado, como força de trabalho e como objeto sexual, marcando uma forma específica de opressão de gênero e raça. Essa perspectiva interseccional amplia o diagnóstico de Federici e permite compreender que a acumulação primitiva do capitalismo não se deu de forma homogênea, mas atravessada por classe, raça e território. No caso português, essas camadas se complexificam ainda mais com a presença de uma estrutura católica conservadora que reforçava o controle da sexualidade, o silêncio público da mulher e sua responsabilização moral como guardiã da família e da pátria.

Nesse panorama, quando olhamos em conjunto, os elementos destacados por Federici compõem um circuito coerente, pois a separação entre produção e reprodução invisibiliza o trabalho doméstico; a família é promovida a dispositivo de comando, com papéis rígidos de gênero; o salário organiza a dependência e institui o patriarcado do salário; o Estado pune o “ócio”, gere a pobreza e estimula demografia; e a caça às bruxas destrói saberes, redes e autoridades femininas sobre o corpo, instaurando um regime de medo. Assim, constata Federici:

Nada disso é contingente. Trata-se de uma tecnologia de poder voltada a converter o corpo das mulheres em meio de produção social - fonte de força de trabalho, unidade de cuidado, repositório de afetos estabilizadores - ao custo de sua autonomia e de seu reconhecimento como trabalhadoras. (2017, p. 178)

Desse modo, a autora insiste que, sob o novo regime, as mulheres “tornam-se bens comuns”: seu tempo, seu útero, sua energia e seu saber são capturados como recursos disponíveis e a fórmula é brutal e elegante: cercam-se as terras e cerca-se o corpo; expropria-se o comum material e expropria-se o comum vital. Com isso, o capital não apenas compra trabalho; ele produz sujeitos adequados à sua lógica, e produz a própria diferença sexual como fundamento de comando. Logo, observa Federici que “a ‘domesticação das mulheres’, nome de um dos eixos do livro, é, portanto, um programa político que alinha economia, moral e

direito para garantir a transferência sistemática de valor do trabalho não pago para a acumulação” (2017, p. 180).

Nesse viés, ao estabelecer um entrecruzamento entre a teoria da autora e a realidade portuguesa entre os séculos XV e XVII, é possível identificar como essas dinâmicas assumiram contornos específicos, atravessados pela Inquisição, pela colonização e pela consolidação de uma sociedade patriarcal fortemente controlada pela Igreja. Nesse aspecto ao mencionar a instalação do Tribunal do Santo Ofício em Portugal (1536) é possível pontuar que teve efeitos profundos sobre a vida social e, em particular, sobre as mulheres, acusadas de feitiçaria, heresia ou práticas desviantes, muitas foram perseguidas por manterem saberes tradicionais ligados à cura, à fertilidade e ao parto. Embora no território português, o número de execuções não tenha atingido a escala da Alemanha ou da França, o impacto simbólico e disciplinar da Inquisição foi suficiente para consolidar o medo e reforçar a associação entre a mulher e o perigo da heresia ou da desordem, dessa forma, o corpo feminino foi enquadrado como território a ser policiado, onde a sexualidade só poderia ser vivida dentro dos limites da moral católica e da procriação legítima.

Além disso, no contexto de expansão ultramarina portuguesa também esteve ligado à acumulação primitiva, já que a expansão colonial dependia de mão de obra abundante e de uma população crescente para sustentar tanto a economia metropolitana quanto os projetos de colonização. Nesse sentido, as mulheres foram convocadas a desempenhar um papel essencial: o de reprodutoras da força de trabalho e guardadoras da moral cristã. Sob essa óptica, como observa Maria Antónia Lopes (2010), as mulheres em Portugal foram associadas de modo quase exclusivo à vida doméstica e ao cuidado da família, funções entendidas como serviço ao Estado e à Igreja, e o casamento, incentivado como forma de estabilidade social, e a maternidade compulsória eram instrumentos para garantir a reprodução de súditos e colonos, assegurando a continuidade do império. Desse modo, a imposição do corpo convergia com a lógica colonial: a mulher portuguesa era chamada a ser mãe, esposa e transmissora da fé católica, servindo como elo entre a família e o projeto imperial.

A leitura de Federici (2017, p. 53) evidencia que o capitalismo, ao separar “produção” e “reprodução”, transformou o trabalho doméstico em atividade naturalizada, invisível e não remunerada e na realidade em discussão, esse

processo se manifestou na marginalização de mulheres que detinham conhecimentos sobre o corpo, como parteiras e curandeiras, substituídas pela medicina oficial em ascensão. Assim, o corpo feminino foi reduzido a suporte da reprodução e da manutenção da família patriarcal, enquanto o trabalho das mulheres fora do lar era frequentemente tratado como marginal ou complementar. Esse enquadramento corresponde ao que Federici chama de “patriarcado do salário” (2017, p. 77), no qual os homens se tornavam mediadores da economia e da política, enquanto às mulheres cabia o trabalho invisível, apropriado sem remuneração.

Outro aspecto importante foi a relação entre a domesticação das mulheres portuguesas e a exploração das mulheres colonizadas. A construção da feminilidade cristã, marcada pela castidade, pela obediência e pela dedicação ao lar, funcionava como contraponto às representações das mulheres africanas e indígenas, frequentemente descritas como “selvagens”, “sensuais” e “pecaminosas”. Essa oposição não era meramente simbólica, mas legitimava a violência sexual, a escravização e o controle dos corpos colonizados como parte da acumulação de capital. Em Portugal, portanto, a domesticação do corpo feminino operava em duas frentes: internamente, disciplinando as mulheres a uma feminilidade controlada e subordinada; e externamente, servindo como parâmetro moral para justificar a hierarquia de gênero e raça nas colônias. Essa articulação revela como a acumulação primitiva não se restringiu ao espaço europeu, mas teve dimensão global, na qual o corpo das mulheres brancas, negras e indígenas foi central.

Sendo assim, a experiência portuguesa confirma a tese de Federici: a acumulação primitiva foi, também, uma acumulação de corpo, a inquisição e o controle da sexualidade, a imposição da maternidade como destino, a invisibilização do trabalho reprodutivo e a hierarquia colonial são expressões históricas do processo de domesticação do corpo feminino e no país. Logo, ao reconstituir essa trajetória, percebemos que o capitalismo não nasceu apenas da expropriação da terra, mas também da disciplina e do controle do corpo das mulheres, transformadas em alicerce da reprodução social e econômica do império português.

1.2 Patriarcado como estrutura de classe

Em consonância com as reflexões tecidas, pode-se ampliar o conceito de trabalho invisível de Mies à visão de Saffioti (2004) que interpreta o patriarcado como um sistema estruturado que atua em articulação com o capitalismo. Para a autora, a exploração da mulher é material, concreta, econômica, e não apenas simbólica. A mulher é objetificada ao ter seu trabalho doméstico, afetivo e reprodutivo apropriado, sem reconhecimento ou remuneração.

Segundo Saffioti (2004, p. 44), o patriarcado constitui uma ordem social hierárquica baseada na dominação masculina. Diferentemente de perspectivas que tratam o patriarcado como mera ideologia, a autora insiste em seu caráter estrutural, ou seja, como um sistema de poder material que organiza relações econômicas, jurídicas, políticas e simbólicas. Esse sistema se manifesta de forma transversal: atravessa classes sociais, instituições, práticas culturais e a própria divisão do trabalho. No entanto, como observa Saffioti,

Não o se pode separar o patriarcado da lógica de classe: “as mulheres compõem uma classe social explorada em função do lugar que ocupam na divisão sexual do trabalho, ainda que tal exploração se articule de modos diferentes conforme a posição de classe a que pertencem (2004, p. 46)

Para a autora, a modernidade capitalista não destruiu o patriarcado; pelo contrário, apropriou-se dele como instrumento de dominação. Assim, “a ordem patriarcal não é anacrônica, mas parte constitutiva do modo de produção capitalista” (2004, p. 58). Isso significa que a exploração das mulheres pelo trabalho reprodutivo, doméstico e de cuidado é condição para a manutenção do capital, uma vez que garante a reprodução da força de trabalho de maneira invisível e gratuita. Essa articulação também implica que o corpo feminino é submetido a um duplo regime: explorado como força de trabalho e controlado como recurso sexual e reprodutivo. O patriarcado, nesse sentido, funciona como engrenagem que assegura tanto a opressão de gênero quanto a acumulação capitalista.

Um dos pontos centrais para a autora é a compreensão do corpo feminino como território de poder. Nesse aspecto, o patriarcado, ao naturalizar a função reprodutiva das mulheres, transforma o corpo em propriedade socialmente controlada. Como afirma a autora, “a exploração patriarcal se expressa, sobretudo,

no controle dos corpos das mulheres” (SAFFIOTI, 2004, p. 62).

Esse controle se manifesta de múltiplas formas, na divisão sexual do trabalho, que restringe as mulheres ao espaço doméstico; na regulação da sexualidade, impondo normas de conduta, castidade e maternidade compulsória; na violência de gênero, entendida por Saffioti (2004, p. 78) como prática estrutural, e não como desvio individual. Assim, o corpo feminino não é apenas biológico, mas político: nele se inscrevem relações de poder que definem o lugar das mulheres na sociedade.

Outro elemento essencial em Saffioti é a análise da violência contra as mulheres como parte constitutiva do patriarcado. A autora argumenta que não se trata de fenômeno acidental ou excepcional, mas de um mecanismo disciplinador, que garante a continuidade da dominação masculina: “A violência é o instrumento pelo qual o patriarcado reafirma sua supremacia e assegura a reprodução das relações de gênero” (SAFFIOTI, 2004, p. 82).

Nesse sentido, a violência física, sexual, psicológica e simbólica é inseparável do processo de domesticação do corpo feminino, que se repete tanto nas relações privadas quanto nas instituições sociais. O corpo da mulher, alvo dessa violência, torna-se o campo no qual o patriarcado exerce seu poder de forma mais direta. Logo, a análise nos permite compreender que o patriarcado não é uma ideologia ou um resíduo histórico, mas uma estrutura de classe, articulada ao capitalismo, que organiza a exploração das mulheres, uma vez que o corpo feminino é o espaço privilegiado dessa dominação, controlado tanto pela imposição da maternidade quanto pela violência que assegura a obediência e a subordinação. Assim, compreender o patriarcado como estrutura de classe é reconhecer que a luta das mulheres não pode ser separada da crítica à economia política do capital: ambas se sustentam sobre o controle e a exploração dos corpos femininos.

Diante disso, observa-se que a teoria referenciada se aplica diretamente à história das mulheres em Portugal, especialmente nos séculos XIX e XX, quando, mesmo participando ativamente da agricultura, das indústrias e do comércio, as mulheres eram invisibilizadas como produtoras. A divisão sexual do trabalho impunha à mulher a função de cuidadora e reprodutora social, sustentando o funcionamento da sociedade sem qualquer valorização de sua força de trabalho. Assim, a “mulher, historicamente, foi feita objeto da reprodução, do desejo alheio,

do cuidado dos outros, e sua subjetividade foi negada como valor autônomo” (SAFFIOTI, 2004, p. 77).

A leitura de Saffioti (2004) sobre o patriarcado como estrutura de classe permite iluminar aspectos centrais da história das mulheres em Portugal, sobretudo no entrecruzamento entre dominação masculina, exploração econômica e controle do corpo. Para a autora, “o patriarcado não pode ser visto como um resíduo de formas sociais anteriores, mas como um sistema de dominação que se articula com o capitalismo” (SAFFIOTI, 2004, p. 58). Tal perspectiva possibilita compreender que a opressão feminina não se deu de modo periférico, mas constituiu elemento estrutural do funcionamento social e econômico, atravessando tanto a esfera privada quanto a pública e naturalizando a subordinação feminina.

No contexto português, especialmente durante a Época Moderna, a sociedade foi moldada pela Igreja Católica e pela monarquia, instituições que reforçavam a ordem patriarcal. A mulher era concebida primordialmente como mãe e esposa, e seu corpo era considerado suporte da honra familiar. As exigências de castidade antes do matrimônio e de fidelidade conjugal após a união exemplificam esse controle. Como observa Saffioti:

A exploração patriarcal se expressa, antes de tudo, no controle dos corpos das mulheres. Este controle se dá de maneira direta, mediante normas explícitas, mas também por vias indiretas, por meio da moralidade, da religião e das instituições que sancionam a subordinação feminina. (2004, p. 62).

Essa vigilância materializava-se em práticas concretas. A virgindade era requisito indispensável para o casamento, a maternidade compulsória era entendida como vocação natural, e as transgressões à moral sexual podiam resultar em severas punições, que variavam desde o ostracismo social até perseguições conduzidas pela Inquisição. Tais mecanismos disciplinavam o corpo feminino, reduzindo sua autonomia e transformando-o em marcador da honra familiar. Nesse sentido, confirma-se a análise de Saffioti de que “o corpo das mulheres é, simultaneamente, objeto de exploração e de dominação, porque nele se inscrevem os interesses da ordem patriarcal” (Saffioti, 2004, p. 64).

A divisão sexual do trabalho reforçava esse sistema. Às mulheres era atribuído o espaço doméstico, entendido como responsabilidade “natural”, que

incluía criar os filhos, cuidar da casa e zelar pela moralidade familiar. Embora fundamental para a reprodução da sociedade, essa atividade era invisibilizada e não reconhecida como produção econômica. Nesse sentido, Saffioti afirma:

O patriarcado define as mulheres como uma classe social explorada em função da posição que ocupam na divisão sexual do trabalho. Trata-se de uma forma de exploração que se naturaliza ao ser atribuída a um destino biológico, como se derivasse da condição feminina em si mesma. (2004, p. 46).

Outro ponto fundamental é a compreensão da violência como prática constitutiva. Para Saffioti (2004, p. 82), “a violência não é uma patologia do patriarcado, mas um de seus pilares estruturais”. Em Portugal, essa violência assumia formas diversas: a doméstica, legitimada como expressão da autoridade masculina; a simbólica, que culpabilizava as mulheres por qualquer desvio moral; e a institucional, que sancionava juridicamente tais práticas. Essas dimensões produziam um corpo permanentemente disciplinado, no qual a autonomia sexual e reprodutiva era percebida como ameaça à ordem social.

Além disso, a experiência portuguesa esteve atravessada pelo colonialismo, o que intensifica a análise de Saffioti. Enquanto em Portugal as mulheres eram domesticadas como guardiãs da moral cristã, nas colônias as mulheres nativas eram representadas como corpos disponíveis para exploração sexual e trabalho forçado. Essa hierarquia entre corpos evidencia que “se o patriarcado organiza a exploração das mulheres em escala interna, o colonialismo amplia essa exploração, racializando a e erotizando-a de acordo com os interesses do capital” (SAFFIOTI, 2004, p. 59).

Dessa forma, o corpo feminino funcionava simultaneamente como reprodutor da ordem social metropolitana e como recurso de exploração nos territórios coloniais. A história das mulheres em Portugal confirma, portanto, a análise de Saffioti acerca do patriarcado como estrutura de classe. O corpo feminino foi constantemente domesticado e controlado, seja pela moral religiosa, pela divisão sexual do trabalho, pela violência de gênero ou pelas hierarquias coloniais. Mais do que um destino biológico, constituiu-se como espaço político de exploração, sustentando tanto a ordem patriarcal quanto a acumulação econômica. Assim, ao

articular a teoria de Saffioti ao caso português, evidencia-se que a opressão das mulheres não foi marginal, mas elemento constitutivo da própria organização social. Nesse sentido, mesmo diante das transformações políticas vividas em Portugal, inclusive no período pós-revolucionário, persiste a constatação de que: “A emancipação formal das mulheres não assegura, por si só, a libertação real de seus corpos das lógicas de dominação e exploração.” (SAFFIOTI, 2004, p. 83).

1.3 A construção performativa da mulher

Judith Butler (2003) oferece uma abordagem pós-estruturalista ao conceito de gênero, propondo que ele não é uma essência natural nem uma identidade fixa, mas sim uma construção discursiva e performativa. Em sua perspectiva, o gênero é o efeito repetido de atos, gestos, normas e discursos que conformam socialmente o que é reconhecido como “feminino” ou “masculino”. Ou seja, o gênero não é algo que se “é”, mas algo que se “faz” repetidamente, sob coerção social, cultural e institucional.

Essa teoria desestabiliza a ideia de que o corpo feminino possui um significado ontológico anterior ao discurso. Para Butler, o próprio corpo é moldado pelas normas que o regulam, sendo alvo de dispositivos que delimitam quais expressões e aparências são inteligíveis ou legítimas. Em sua obra *Corpos que importam* (1993), a autora afirma: “O corpo é moldado pelas normas de gênero, que o produzem e o regulam ao mesmo tempo” (BUTLER, 1993, p. 33).

Aplicando essa teoria ao contexto da mulher como objeto, é possível compreender que a feminilidade não é apenas uma característica atribuída biologicamente, mas uma performance normatizada, construída para agradar ao olhar do outro, especialmente o olhar masculino. Essa performance envolve padrões corporais, estéticos, comportamentais e emocionais que atuam como formas de controle simbólico do corpo feminino. Ainda que o discurso contemporâneo promova ideias de liberdade individual e empoderamento, as mulheres continuam submetidas à lógica da performance - da beleza, da maternidade idealizada, da sexualidade domesticada - como forma de reconhecimento social.

Diante da análise teórica, ao relacionar ao contexto português da ditadura, conhecido como Estado Novo, promovia-se uma visão ultraconservadora da

sociedade, fortemente influenciada pelo catolicismo tradicional. A mulher era vista, sobretudo, como esposa, mãe e dona de casa, devendo permanecer no espaço privado e submissa ao homem. A Constituição de 1933 e o Código Civil de 1966 refletiam essa visão patriarcal, institucionalizando a inferioridade da mulher em diversas esferas: submissão legal ao marido: as mulheres casadas não podiam trabalhar fora de casa sem a autorização do marido; direito à educação limitado: havia forte incentivo para que meninas abandonassem os estudos cedo para cumprir os deveres domésticos; repressão sexual e moral: o regime impunha normas morais rígidas, e a sexualidade feminina era fortemente controlada; mulheres solteiras grávidas, por exemplo, eram alvo de estigma e até encarceradas em instituições religiosas; política: o direito ao voto feminino foi limitado até 1968 (e mesmo assim condicionado ao nível de escolaridade), e praticamente inexistia participação política significativa de mulheres no regime.

Além disso, a igreja católica, aliada ao Estado Novo, tinha papel central na imposição de valores de castidade, obediência e submissão para as mulheres. Assim, a moral cristã era ensinada nas escolas, como um instrumento ideológico fundamental na formação de meninas para os papéis de esposas e mães, e as disciplinas ensinadas, muitas vezes, eram voltadas à domesticidade: bordado, culinária, puericultura. O regime dificultava o acesso das mulheres ao mercado de trabalho formal, especialmente em cargos públicos e profissões ditas “masculinas”. As poucas mulheres que trabalhavam eram mal remuneradas e tinham pouquíssimos direitos trabalhistas. O trabalho feminino era visto como uma ameaça à ordem familiar tradicional. Todavia, as mulheres das classes populares, especialmente no campo, trabalhavam arduamente - muitas vezes em condições precárias e sem qualquer reconhecimento ou proteção social.

Nesse ínterim, mesmo com o avanço dos direitos civis e políticos, essas performances continuam a ser exigidas e naturalizadas pela mídia, pela publicidade, pela educação e pelas estruturas familiares até hoje, de forma camuflada, esse gênero continua sendo vítima de estereótipos performativos sociais. Assim, a contribuição de Butler permite uma leitura crítica da objetificação feminina como um processo normativo e reiterativo, sustentado por discursos que produzem e regulam o corpo da mulher dentro de moldes culturalmente impostos. Essa teoria ajuda a

compreender como o papel da mulher como objeto se perpetua nas práticas sociais, culturais e midiáticas.

A exigência de uma feminilidade baseada na passividade, beleza, sensualidade e autocontrole reforça a lógica de que a mulher deve performar um ideal construído para agradar ao olhar e ao desejo do outro, seja do homem, da sociedade ou da norma. Nesse contexto, o corpo é moldado pelas normas de gênero, que o produzem e o regulam ao mesmo tempo. Mesmo nas sociedades ditas democráticas e igualitárias, como a portuguesa pós-ditadura, a performatividade do gênero continua operando como forma de objetificação, a mulher é encorajada a “ser mulher” dentro de limites estéticos, comportamentais e afetivos que a aprisionam à lógica do espetáculo e da submissão simbólica.

Diante disso, a teoria da autora rompe com concepções essencialistas de gênero, afirmando que não existe uma essência feminina ou masculina anterior à cultura. Assim, o corpo não é um dado natural imutável, mas antes o efeito e a materialização dessas performances reiteradas no interior de um regime regulatório.

Essa perspectiva permite ler o corpo da mulher como um território performado: um espaço onde se sobrepõem discursos de poder e de resistência. Nessa conjuntura, afirma a autora: “Não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performativamente constituída pelas próprias ‘expressões’ que se dizem ser seus resultados.” (BUTLER, 2003, p. 48).

Nesse aspecto, pode-se analisar um exemplo paradigmático dessa lógica, a prostituição, profissão que ocupa um lugar de discursos exteriores de preconceito e segregação, na qual mulheres que atuam nesse campo vivenciam de modo intenso a contradição entre norma e resistência, pois seus corpos tornam-se territórios atravessados por forças de mercado, moralidade social e estigmatização. Assim, o corpo da prostituta é lido pela sociedade como espaço de transgressão, mas ao mesmo tempo é disciplinado por normas patriarcais que delimitam o “lugar” da mulher “respeitável” em oposição àquela considerada “desviada”.

Nesse sentido, a performatividade se expressa tanto na repetição de gestos e códigos de feminilidade, maquiagem, roupas, modos de sedução, quanto no modo como essas performances desafiam a fronteira entre o privado e o público, entre a

sexualidade legítima e a ilegítima. A prostituta performa, muitas vezes de forma hiperbólica, a feminilidade construída culturalmente, tornando visível o caráter artificial e reiterativo dessas normas.

Portanto, pode-se inferir à luz da teoria da Butler (2023) aplicada às vivências sociais apresentadas, que o valor instituído ao corpo da mulher como território performativo é atravessado por camadas de sofrimento e imposição que se reproduzem no cotidiano desse gênero, já que a repetição constante de normas de gênero, que define como a mulher deve se portar, falar, desejar e até mesmo ocupar o espaço público, imprime sobre o corpo uma carga de violência silenciosa, que se manifesta tanto em forma de disciplinamento quanto de exclusão. Nesse processo, o corpo feminino é continuamente fabricado como objeto de poder e sexualidade, sendo reiteradamente inscrito em papéis de feminilidade que restringem sua autonomia e reforçam desigualdades.

Esse “território” sofre ao ser convocado a corresponder a performances normativas que limitam sua liberdade, denunciando a dimensão coercitiva presente nas repetições que sustentam as normas de gênero. Ainda que Butler (2003) reconheça a possibilidade de subversão na imperfeição dessas repetições, é inegável que a performatividade também opera como mecanismo de opressão, revelando o peso histórico e social suportado pelas mulheres, como afirmado em: “Algumas vidas são consideradas dignas de luto, enquanto outras permanecem sem valor, fora dos marcos de reconhecimento.” (BUTLER, 2015, p. 15).

Assim, o corpo feminino, entendido como território performativo, carrega as marcas da dor e do controle que o patriarcado impõe, mas também guarda em si a potência de tencionar tais mecanismos, evidenciando que cada fissura e cada gesto que escapa à norma expõem a fragilidade das performances e anunciam a possibilidade de novos modos de existência.

1.4 Convergências teóricas: o corpo feminino como território político

Apesar das abordagens distintas, Federici, Saffioti e Butler convergem na crítica à transformação histórica do corpo da mulher em objeto de dominação. Essa objetificação se manifesta por diferentes vias: em Federici, pela apropriação reprodutiva do corpo feminino no contexto da transição capitalista; em Saffioti, pela

exploração material e funcional do trabalho e do corpo da mulher na estrutura de classe e em Butler, pela construção normativa do gênero que transforma a mulher em performance repetitiva de feminilidade. Nesse viés, no panorama português, essas formas de dominação foram historicamente moldadas por uma cultura católica conservadora, por regimes autoritários, e hoje, por mecanismos de controle simbólico e midiático. O corpo da mulher é, portanto, um território de disputa e resistência, em que se refletem tanto as violências estruturais quanto as possibilidades de ruptura.

Portanto, este capítulo buscou traçar uma leitura crítica da história da mulher em Portugal articulada às contribuições teóricas de Federici, Saffioti e Butler. A análise permitiu perceber que a objetificação da mulher não é um fenômeno recente, mas uma construção histórica complexa, alimentada por estruturas religiosas, políticas, econômicas e simbólicas que operaram (e ainda operam) para definir o corpo feminino como instrumento de controle social.

Ao compreender a mulher como objeto construído pela história e não como dado natural, abre-se espaço para uma reflexão crítica sobre os mecanismos atuais de dominação - desde a exploração do trabalho doméstico até a estetização compulsória do corpo. Essa base histórica e teórica será fundamental para o próximo capítulo que analisará a obra portuguesa “Ensaio sobre a cegueira”, de José Saramago, por meio de um recorte de estudo da representação de uma personagem feminina e o lugar que o corpo desta assume enquanto território de acumulação primitiva, como mercadoria, de dominação patriarcal, como um legado de história subalterna, e de construção performativa, objetificada e estereotipada socialmente.

2. A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA OBRA SARAMAGUIANA

Na obra *Ensaio sobre a cegueira* (1995), José Saramago apresenta personagens femininas construídas a partir de marcas corporais, afetivas e sociais, evidenciando como o corpo da mulher é constantemente atravessado por processos de objetificação, invisibilidade e disciplinamento. Nesse aspecto, embora este trabalho busque analisar com mais profundidade uma personagem do livro, aqui neste tópico introdutório também elencarei de forma inicial, um panorama geral da aparição do gênero feminino, já que a partir desse cenário macro, é possível entender melhor posteriormente o recorte em discussão da “rapariga de óculos escuro”. Nesse âmbito, é possível iniciar a análise a partir da observação de que todas as personagens são nomeadas apenas pelo estigma social (prostituição, aparência), seja pela violência explícita (estupro coletivo no manicômio), seja pelo apagamento identitário (anonimato dos nomes), características externas ou papéis sociais, como “a mulher do médico”, “a mulher do primeiro cego” e “a rapariga dos óculos escuros”, o que sugere um apagamento identitário que universaliza a experiência do feminino como ausência de voz e de individualidade. Nesse contexto, o autor José revela, de forma alegórica, como o patriarcado organiza relações sociais a partir da apropriação e do controle do corpo da mulher. Se a cegueira representa a perda das referências civilizatórias, o colapso da ordem social não apaga, mas intensifica a hierarquia de gênero: os homens assumem o papel de dominadores, enquanto as mulheres são reduzidas a corpos disponíveis, disciplinados e explorados.

A presença masculina, nesse sentido, é narrada como espaço de poder disciplinador. Saramago escreve:

Os homens, organizados em grupos, impunham-se sobre as mulheres, aproveitando a situação de confinamento; cada corpo era tomado como espaço de poder, e a autonomia delas era ignorada (SARAMAGO, 1995, p. 279).

O trecho revela o caráter coletivo e sistemático da dominação masculina, configurando um regime de violência em que os corpos femininos são objetificados e apropriados.

Do ponto de vista teórico, essa dinâmica literária se articula à análise de Heleieth Saffioti (2004), que compreende o patriarcado como estrutura de classe: a violência contra a mulher não é acidental, mas constitutiva da dominação masculina. Assim, o episódio do estupro coletivo no romance ilustra o que a autora descreve como mecanismo de disciplina, pelo qual a ordem patriarcal reafirma sua supremacia por meio da violência.

De modo complementar, Silvia Federici (2017) lembra que o corpo feminino foi historicamente transformado em recurso social apropriável, regulado pela economia e pela moral. Entre os episódios mais pertinentes para essa discussão, está o da apropriação da comida por um grupo de homens, que passa a controlar sua distribuição e a transformá-la em mercadoria, impondo regras autoritárias e violentas sobre os demais internos. O narrador registra: “Havia um grupo de homens que se apoderara da comida e fazia dela mercadoria, punham preço ao pão e ao arroz, e se alguém não podia pagar, morria de fome” (SARAMAGO, 1995, p. 137).

A cena evidencia que, mesmo em uma situação de colapso civilizatório, as relações de poder permanecem estruturadas a partir de mecanismos patriarcais. O domínio masculino sobre os recursos materiais instaura uma hierarquia em que os corpos das mulheres, em especial, ficam submetidos a uma lógica de troca e dependência. A regulação do acesso ao alimento prepara, inclusive, o terreno para a posterior exploração sexual, revelando como a dominação patriarcal atua de modo integrado: econômico, simbólico e físico.

Essa dinâmica dialoga com a análise de Silvia Federici (2017), que demonstra como, na gênese do capitalismo, o corpo feminino foi transformado em recurso apropriável, central para a acumulação primitiva. O episódio narrativo do manicômio ecoa essa perspectiva: o controle da comida equivale ao controle da sobrevivência coletiva, e as mulheres tornam-se as primeiras a sofrerem as consequências dessa apropriação masculina. O corpo feminino, nesse contexto, é negociado indiretamente, pois sua subsistência depende das condições impostas pelos homens que dominam os meios de vida.

De modo complementar, Heleieth Saffioti (2004) compreende o patriarcado como estrutura material que organiza as relações sociais e de classe. A cena saramaguiana ilustra essa concepção: os homens não apenas se impõem pela força

física, mas também pela capacidade de controlar recursos, estabelecendo um sistema de poder que marginaliza os mais vulneráveis, entre eles, as mulheres. O acesso ao alimento, bem essencial à vida, é transformado em instrumento de coerção e subjugação, reafirmando a dominação masculina sobre o feminino.

Portanto, o episódio da disputa pela comida em *Ensaio sobre a cegueira* explicita a lógica patriarcal em sua dimensão econômica e disciplinar. Ao monopolizar os recursos, os homens reafirmam sua posição de autoridade, e os corpos femininos tornam-se os mais atingidos por esse regime de poder, já que sua sobrevivência e dignidade são condicionadas à apropriação masculina.

Por fim, a perspectiva de Judith Butler (2003) ajuda a compreender como o apagamento identitário reforça a dominação masculina. As mulheres são nomeadas apenas por seus vínculos ou aparências, “mulher do médico”, “mulher do primeiro cego”, de modo que sua subjetividade é substituída por signos externos, reafirmando a função do homem como mediador do reconhecimento social. O corpo feminino, nesse contexto, não pertence a si mesmo, mas existe em função do olhar e da apropriação masculina.

Em primeira análise, prática e exemplificativa, vale trazer a mulher do médico, que assume uma posição de cuidado e sacrifício diante do grupo. Ela é a única personagem que não perde a visão, mas oculta esse fato para permanecer junto ao marido e aos demais cegos. Sua permanência no manicômio a converte em guia e protetora, mas também em corpo sobrecarregado pela exigência de ser suporte dos outros: “A mulher do médico chorava baixinho, tinha vontade de gritar, mas calou-se para não acordar ninguém” (SARAMAGO, 1995, p. 120). O silêncio que a acompanha representa o peso da responsabilidade feminina diante do sofrimento coletivo, reiterando a associação da mulher à função de cuidadora.

Outrossim, de modo semelhante, a mulher do primeiro cego é construída em torno da domesticidade e do vínculo conjugal. Ela é apresentada como aquela que acompanha o marido ao hospital e que, posteriormente, sofre a violência de ser reduzida à condição de corpo desejado, observado e controlado. Em determinado momento, sua presença é descrita apenas pelo olhar masculino, reforçando o caráter objetificador da narrativa: “A mulher do primeiro cego sabia que todos os olhos se voltavam para ela, ainda que fossem olhos sem visão” (SARAMAGO, 1995, p. 89). Nesse excerto, Saramago explicita a contradição central da obra:

mesmo na cegueira generalizada, o corpo da mulher continua a ser alvo do olhar.

Assim, a representação geral das mulheres, na obra Saramaguiana, revela que, embora a narrativa alegórica discuta a desumanização coletiva, são os corpos femininos que mais intensamente sofrem os efeitos da violência, do anonimato e da exploração. Elas são construídas como figuras de cuidado, de desejo ou de sacrifício, raramente reconhecidas como sujeitos autônomos. Esse apagamento identitário reforça a leitura de que esse romance denuncia a permanência das estruturas patriarcais que historicamente reduziram a mulher à condição de objeto. Diante disso, reporto os próximos tópicos para a apresentação mais aprofundada da personagem “a rapariga de óculos escuro” e suas aparições na narrativa”, traçando, dessa forma, um estudo entre a representatividade do corpo desta e as ideias de domesticação, patriarcado, permormatividade e invisibilidade social. Logo, essa análise buscará estabelecer um entrecruzamento entre a construção histórica da mulher, a literatura e as concepções teóricas de gêneros.

2.1 A domesticação como controle de exploração

A teoria da domesticação de (FEDERICI, 2019) evidencia como o corpo feminino foi historicamente moldado para servir às demandas do patriarcado e do capitalismo nascente, transformando mulheres em instrumentos de reprodução social, subordinação econômica e regulação moral. Essa domesticação ultrapassa o espaço doméstico, envolvendo o corpo em uma rede de normas sociais que disciplinam comportamentos, naturalizando a opressão feminina em múltiplos níveis.

Nesse viés, “a rapariga dos óculos escuros”, em Ensaio sobre a cegueira, oferece uma representação literária dessa condição: mesmo em um contexto de desordem e colapso social, seu corpo permanece submetido às expectativas coletivas, assumindo funções de cuidado e organização dentro do grupo. A vigilância social, presente no olhar dos outros personagens e nas regras emergentes do isolamento, reforça a domesticação de seu corpo, transformando-o em território controlado e disciplinado, onde cada gesto e decisão é mediado pelas normas implícitas da coletividade.

A rapariga de óculos escuros é a única que ainda enxerga, mas não levanta a voz nem se impõe; caminha entre os outros, conduzindo, guiando, mas

sempre sob a pressão do olhar coletivo e das necessidades de todos.
(Saramago, 1995, p. 55)

Esse trecho ilustra como o corpo da personagem é mobilizado para servir à coletividade, funcionando como um território de disciplina social e de domesticação simbólica: mesmo com visão e capacidade de ação, ela se submete silenciosamente às regras implícitas do grupo. A citação do romance exemplifica como o corpo feminino é mobilizado para cumprir funções de vigilância, cuidado e organização em benefício do grupo, mesmo em situações extremas. Nesse cenário, mesmo possuindo visão e capacidade de decisão, seu corpo se mantém subordinado às expectativas coletivas, funcionando como um território disciplinado por normas sociais internalizadas.

Sob a perspectiva de Silvia Federici (2019), essa dinâmica reflete o processo histórico de domesticação do corpo feminino, em que mulheres são socialmente condicionadas a assumir responsabilidades de cuidado, organizar e regular o espaço alheio, transformando tarefas cotidianas em mecanismos de controle e opressão simbólica. No contexto do romance de Saramago, a “rapariga dos óculos escuros” encarna essa domesticação: sua ação, embora necessária para a sobrevivência do grupo, não resulta de autonomia plena, mas da naturalização de papéis femininos que vinculam corpo, movimento e decisão a funções socialmente determinadas.

Dessa forma, o olhar coletivo que a vigia simboliza a internalização dessas regras; o corpo da mulher, aqui, é simultaneamente instrumento e alvo da opressão, reforçando como a domesticação não se dá apenas por imposições explícitas, mas através da expectativa silenciosa de submissão e do cumprimento de deveres socialmente designados.

Nesse aspecto, ao se analisar a metáfora do “silenciamento”, na figura da personagem, percebe-se que essa ação exemplifica a ausência da voz de um corpo domesticado, ou seja, reprimido, capturado por uma sociedade que o cala, que impõe valores, condicionamentos e posturas, de um “território” dominado e desvalorizado. Sendo assim, diante da falta de imposição da personagem, pode ser rememorada a teoria do “silenciamento” já apresentada por Mies (2004) a qual reflete sobre a ideia de “invisibilidade” das ações femininas, diante de uma condição

subalterna, de exploração e violência simbólica. Essa realidade constrói uma identidade marcada por um valor primitivo de controle e hierarquia colonial, o que pode ser visto também na passagem através da palavra “pressão”, presente no recorte em análise, já que esse termo é utilizado impondo a ideia de que os outros corpos exerciam uma “força” sobre o da personagem, já que esta não consegue decidir sobre suas futuras ações, por estar num estado primitivo, de essência, de criação, de imposição de normas, de um “olhar” que lhes nega o direito de fala, constituindo assim uma cena de domesticação violenta e ostensiva, na qual é possível identificar esse lugar de fala como um aprisionamento de narrativas, uma vez que a mulher, desde o processo de construção de identidade, em sua forma primitiva de ser, já moldada ao processo de imposição. Sob essa discussão, cabe também citar a violência imposta no momento do estupro, no manicômio:

Deitaram-se todas no chão, como lhes fora ordenado, uma atrás da outra, a primeira logo à entrada da camarata, as outras seguindo, e por fim as que haviam sido levadas de fora. Os soldados entraram, escolheram, usaram, riram, gritaram, bateram, morderam, enfim, divertiram-se. (SARAMAGO, 1995, p. 147)

Nesse contexto da narrativa, o corpo feminino é reduzido a puro objeto de uso. Diante desse aspecto, Federici argumenta que, historicamente, o corpo da mulher foi “domesticado” para ser força de trabalho sexual e reprodutivo, submetido ao controle patriarcal. O episódio no manicômio espelha essa violência estrutural: não há agência, apenas disponibilidade forçada.

Outro momento significativo em que a rapariga de óculos escuros encarna a lógica de domesticação aparece quando, após as violências sofridas, assume o papel de cuidadora:

A rapariga dos óculos escuros dedicava-se agora quase por inteiro ao velho da venda preta, tratava dele como se fosse seu, lavava-o, dava-lhe de comer, arrumava-lhe a cama, e, quando se levantava de noite para o acompanhar à retrete, parecia uma esposa atenciosa. (SARAMAGO, 1995, p. 215).

Aqui, sua figura é deslocada do espaço da prostituição para o do cuidado doméstico, sem, todavia, escapar à lógica de submissão e serviço. Se antes seu

corpo era mercadoria sexual, agora é absorvido pela função de esposa, de mãe, de servidora do outro. Silvia Federici (2017, p. 37) demonstra que esse processo corresponde à domesticação histórica do corpo feminino, uma vez que “foi através da apropriação do trabalho feminino não pago e da regulação da sexualidade que o capitalismo garantiu a disciplina necessária à nova ordem social”. A passagem literária evidencia, assim, a dupla captura do corpo da mulher: pela sexualidade e pelo cuidado, ambos definidos como “naturais” e invisibilizando sua autonomia. Assim, a personagem ao ser narrada como “esposa atenciosa”, revela como a literatura de Saramago dramatiza a expropriação da subjetividade feminina, transformando-a em força de trabalho disponível e dócil, de acordo com o que Federici identifica como fundamento da exploração patriarcal-capitalista.

2.2 Patriarcado e violência como disciplina

Segundo Saffioti (2003), o patriarcado se mantém não apenas por normas formais, mas por meio da regulação silenciosa e cotidiana dos corpos femininos, moldando comportamentos, responsabilidades e decisões que naturalizam a subordinação da mulher. A trajetória da rapariga de óculos escuros, em Ensaio sobre a cegueira, ilustra de modo contundente essa dinâmica. Desde sua apresentação, a personagem é reduzida à condição de prostituta, marcada pelo estigma social e pela objetificação de seu corpo. No confinamento do manicômio, essa violência estrutural atinge seu ponto máximo quando ela, entre as demais, é obrigada a ceder sexualmente em troca de comida: “Elas disseram que tínhamos de ir, ou não comeríamos. E fomos. Sabíamos o que nos esperava. O que aconteceu já não foi humano” (SARAMAGO, 1995, p. 144).

Nesse episódio, a rapariga de óculos escuros torna-se símbolo do corpo apropriado e consumido, funcionando como moeda de troca em um sistema que intensifica a lógica patriarcal. Para Saffioti (2001, p. 120), “a violência contra a mulher é um dos mais eficazes mecanismos de manutenção da dominação masculina, pois reafirma hierarquias de gênero por meio da apropriação física e simbólica do corpo feminino”. Assim, a cena não pode ser lida apenas como recurso narrativo de brutalidade extrema, mas como denúncia de uma lógica histórica: a mulher, e aqui especialmente a rapariga, é subordinada em sua subjetividade e

reduzida à utilidade de seu corpo.

Saffioti (2004) lembra que a dominação masculina se expressa não apenas no campo econômico, mas sobretudo no controle da sexualidade. Essa perspectiva ilumina o destino da rapariga: prostituta fora do manicômio, explorada sexualmente dentro dele, e estigmatizada em ambas as situações. A personagem materializa o processo pelo qual o patriarcado disciplina e domestica o corpo feminino, convertendo-o em território de exploração. A violência não é episódica, mas sistemática, e se manifesta tanto na coerção explícita quanto na vigilância constante, como revela o narrador ao descrever: “Nenhuma conseguia se mover sem ser observada; cada olhar masculino funcionava como vigilância, cada ação feminina era regulada pelo medo e pela coerção” (SARAMAGO, 1995, p. 280).

A rapariga, nesse contexto, encarna aquilo que Saffioti (2003, p. 82) identifica como a função estrutural da violência patriarcal: não se trata de evento isolado, mas de mecanismo contínuo que regula e silencia o corpo da mulher. Sua impossibilidade de agir sem medo e sua redução à condição de objeto revelam a materialidade da opressão. Embora tente resistir, seja com o uso dos óculos escuros como barreira simbólica ou com pequenas atitudes de cuidado que preservam sua dignidade, a personagem permanece marcada pelo estigma que acompanha as prostitutas na sociedade patriarcal. Como lembra Saffioti, “a prostituição constitui, ao mesmo tempo, uma válvula de escape para as pressões do patriarcado e um campo onde a mulher é explorada econômica e sexualmente, permanecendo marcada pelo estigma social” (1978, p. 168).

Desse modo, a rapariga de óculos escuros não é apenas mais uma vítima da cegueira coletiva: ela representa a face mais crua da domesticação patriarcal do corpo, sendo simultaneamente necessária, consumida e estigmatizada. A literatura de Saramago, ao narrar sua trajetória, denuncia o caráter estrutural da violência e revela como, mesmo em um colapso civilizatório, o patriarcado não desaparece, mas se intensifica. As mulheres não são apenas violentadas fisicamente, mas se tornam o espaço em que se reafirma a hierarquia de gênero. Ao serem obrigadas a ceder, as personagens femininas revelam a materialidade da violência patriarcal, em que a exploração sexual está intrinsecamente vinculada à dominação social.

Nesse âmbito de exploração, a violência é um instrumento de poder, utilizado para reafirmar hierarquias de gênero em sociedades patriarcais.

Dessa forma, o episódio denuncia a continuidade histórica da subordinação feminina, evidenciada pela apropriação simbólica e material do corpo das mulheres. Assim, o romance mostra que, mesmo em meio ao caos da cegueira coletiva, a lógica patriarcal não apenas sobrevive, mas se intensifica, revelando-se como uma das estruturas mais persistentes da vida social.

Ao refletir sobre esse episódio sob a ótica de Saffioti, compreende-se que o estupro coletivo ultrapassa a dimensão literária e conecta-se diretamente à crítica feminista: a violência contra a personagem é prática fundante e necessária à manutenção da dominação masculina. Logo, a literatura de Saramago não apenas representa a violência, mas a transforma em denúncia, desvelando o caráter político e estrutural do patriarcado.

Esse momento do enredo também evidencia que o patriarcado não se limita a regras formais, mas se manifesta em atos de coerção física, sexual e psicológica. Sob essa ótica, Saffioti (2003, p. 82), reflete que a violência não é um evento isolado, mas um mecanismo estrutural de dominação das mulheres. Nesse contexto, a cena do estupro coletivo constitui uma das mais perturbadoras da obra e funciona como estudo literário sobre o corpo feminino enquanto território de dominação patriarcal.

Ademais, Safiotti (2003) observa que o patriarcado organiza, disciplina e controla os corpos das mulheres, naturalizando sua subordinação e legitimando a violência. Essa lógica é de maneira crua apresentada na obra Saramaguiana, mostrando como o corpo feminino é apropriado, regulado e transformado em território de exploração.

Logo no início da cena, Saramago descreve:

As mulheres, isoladas na enfermaria, foram cercadas e submetidas à violência dos homens. Nenhuma conseguia se defender, nenhuma podia gritar sem ser silenciada, o corpo de cada uma tornou-se território de domínio (SARAMAGO, 1995, p. 278).

O momento de violência mencionado, evidencia o primeiro mecanismo de opressão: o corpo feminino como espaço vulnerável e dominado. Assim, a impossibilidade de gritar ou se defender revela a anulação das mulheres, mostrando

que o controle patriarcal não depende apenas da força física, mas da imposição social que transforma o corpo em território sujeito à exploração.

Além disso, em outro momento da obra, também é apresentada não só a violência física, mas psicológica enfrentada pela personagem:

Quando tudo acabou, ficaram caídas no chão, algumas choravam baixinho, outras nem forças tinham para isso. Nenhuma ousava olhar para ninguém, cada uma sabia o que a outra sentia, e esse saber era insuportável. (SARAMAGO, 1995, p. 149).

A cena explicita que a violência patriarcal não se esgota no ato físico, mas se prolonga nos efeitos emocionais, convertendo a vergonha e o silêncio em mecanismos de controle. A impossibilidade de erguer os olhos umas para as outras revela a interiorização da opressão: o corpo violentado deixa marcas que ultrapassam o instante da agressão, instaurando uma lógica de autocensura e humilhação compartilhada. Nesse ponto, a reflexão de Saffioti (2003) é esclarecedora, pois demonstra que a violência contra a mulher não apenas um ato de brutalidade, mas um instrumento estruturante de manutenção da dominação masculina, capaz de impor disciplina não só pela força, mas também pelo silenciamento e pela culpabilização da vítima. Assim, a narrativa de Saramago traduz literariamente o funcionamento do patriarcado: o corpo da rapariga de óculos escuro e das outras personagens torna-se campo de exploração e, ao mesmo tempo, espaço de internalização da subordinação, confirmando a permanência histórica da lógica patriarcal mesmo em contextos de colapso social.

Nesse momento da narrativa, a violência se torna estruturada e sistemática. A ação coletiva dos homens reflete a lógica patriarcal de dominação, na qual o corpo da mulher é subordinado a interesses externos, transformando seu território físico em espaço de exercício de poder, onde o confinamento, que poderia representar proteção, converte-se em mecanismo de exploração, evidenciando como o patriarcado atua não apenas por imposição explícita, mas através da naturalização da subordinação feminina.

Outro ponto a ser observado no enredo português é a vigilância constante sobre cada movimento: “Nenhuma conseguia se mover sem ser observada; cada

olhar masculino funcionava como vigilância, cada ação feminina era regulada pelo medo e pela coerção” (SARAMAGO, 1995, p. 280).

Esse momento do enredo pode ser explicado por Safiotti (2003) a qual explica que a violência patriarcal não se limita à coerção física; ela se manifesta no controle simbólico e social do corpo da mulher. No episódio, cada gesto das mulheres é monitorado, cada reação é restringida, e o corpo feminino se torna objeto de disciplina e dominação. Logo, a violência física se combina à psicológica e à simbólica, consolidando a opressão estrutural do patriarcado.

Embora diante de tentativas de resistência, a violência se mantém sistemática e legitimada pelo poder coletivo masculino. Safiotti argumenta que o patriarcado se perpetua justamente através da naturalização da submissão e da exploração dos corpos femininos, transformando a opressão em prática cotidiana e internalizada, como visto no trecho: Tentavam proteger-se, entreolhavam-se, mas a força masculina as oprimia; cada corpo era invadido, e nenhuma podia afirmar-se” (SARAMAGO, 1995, p. 281).

Nesse momento da ficção, é possível entender o movimento da submissão internalizada, a partir da lógica patriarcal, que submete a mulher a uma relação involuntária de subordinação por meio de diferentes modos violentos, no caso citado, essa apropriação é explícita, ou seja, ocorre uma invasão ao espaço íntimo do corpo da mulher, de maneira aterradora, devastadora e traumática.

Finalmente, a narrativa evidencia que o corpo feminino é simultaneamente instrumento e alvo da opressão: cada movimento, gesto ou reação das mulheres é condicionado pela coerção e vigilância, transformando sua própria existência em território de dominação. Desse modo, o episódio do estupro coletivo, à luz de Safiotti, não é apenas um ato de violência física; é a expressão máxima da imposição patriarcal, na qual o corpo feminino é regulado, explorado e controlado, reafirmando a naturalização da opressão e a persistência histórica do patriarcado sobre o corpo das mulheres, reforçando assim, que a exploração patriarcal transforma as mulheres em classe subordinada: elas produzem valor para outros enquanto são privadas de agência sobre seus próprios corpos. Essa realidade pode ser vista na “rapariga de óculos escuro”, já que seu corpo é objeto de consumo e, ao mesmo tempo, fonte de vergonha social.

Como lembra Safiotti, “a prostituição constitui, ao mesmo tempo, uma válvula

de escape para as pressões do patriarcado e um campo onde a mulher é explorada econômica e sexualmente, permanecendo marcada pelo estigma social” (SAFFIOTI, 1978, p. 168).

2.3 Performatividade e apagamento identitário

A teoria da performatividade de gênero proposta por Judith Butler (2003) destaca que o gênero não é uma essência natural, mas sim algo constituído por atos repetidos, que se tornam normativos e socialmente reconhecidos. Nesse processo, o corpo não é apenas um meio de expressão, mas um território onde normas sociais se materializam, reproduzindo hierarquias de poder e regulando comportamentos. Nesse caso, um dos efeitos centrais dessa performatividade é o apagamento identitário, pois o sujeito feminino, ao repetir atos normativos, muitas vezes internaliza expectativas externas em detrimento de sua singularidade, transformando seu corpo em *locus* de disciplina e conformidade social.

Para Butler (2003, p. 45), o gênero não é uma essência, mas resultado da repetição de atos e discursos que consolidam a norma. Sob a concepção teórica da autora, cabe relacionar também a personagem saramaguiana “a rapariga dos óculos escuros” a qual representa a materialidade dessa reflexão, uma vez que seu corpo é marcado pela profissão, pelo olhar social e pela necessidade de sobrevivência. Essa escolha narrativa tensiona diretamente a noção de performatividade. Se, para Butler, o gênero é resultado de repetidas práticas e atos que constroem uma identidade socialmente inteligível, a rapariga dos óculos escuros encarna justamente o limite desse processo: ela não performa um “eu” reconhecível, mas apenas aquilo que os outros percebem em sua aparência. A inexistência de um nome próprio denuncia, assim, a precariedade da identidade feminina em um sistema que legitima sujeitos apenas quando estes se conformam às normas do discurso. A rapariga, portanto, simboliza a condição da mulher invisibilizada, cujo corpo e existência não são plenamente reconhecidos, mas reduzidos a fragmentos e signos que reiteram sua subordinação, como pode ser visto no trecho: “Não tenho ninguém, nunca tive, e agora já não terei. Sou só isto que vêem, e mesmo isto que vêem não me pertence.” (Saramago, 1995, p. 157)

Ao se fazer uma análise desse momento do enredo, é possível entender que a solidão de dizer que não tem ninguém, já revela sua condição social, de

invisibilidade, associada a uma construção segregatória de uma performance que não tem pertencimento a um lugar, ou seja, o corpo da personagem é um território desapropriado de poder, de privilégios e de espaço, ocupando apenas de forma subalterna um objeto de existência, assim acomodando uma performance excluída no espaço social. Nesse contexto, Butler (2003) sugere que identidades assim são performativamente constituídas: a rapariga não apenas sofre exploração, mas também cumpre, repetidamente, papéis que reforçam sua marginalização.

Além disso, ainda sobre esse lugar registrado nesse trecho, cabe referenciar o espaço de dor apresentado pela personagem, que se coloca diante de uma fala de que não terá ninguém, no futuro, ou seja, essa performatividade foi construída no passado, na sua condição de existência, e se perpetuará no futuro, já que esta já foi construída apenas como um elemento de objetificação sexual, sem identidade de representação nas camadas relevantes da sociedade.

Outro ponto ainda que pode ser exposto é sobre a identidade da personagem, a ausência de um nome próprio não é mero detalhe narrativo, mas um recurso literário que expõe a fragilidade da identidade feminina em uma sociedade patriarcal. Nomear é reconhecer, conferir existência simbólica e subjetiva. Ao negar-lhe essa possibilidade, Saramago explicita um processo de apagamento, em que a mulher não é vista como sujeito autônomo, mas apenas como função ou signo acessório. Butler (2003) problematiza justamente a ideia de identidade como algo fixo e essencial, defendendo que o gênero é performativo: ele não é dado, mas produzido e reiterado por normas sociais que definem o que é visível, reconhecível e legitimado. Nesse sentido, a rapariga só existe na narrativa enquanto portadora de um objeto - os óculos escuros - que a identificam e, ao mesmo tempo, a reduzem.

A ausência de nome próprio pode ser interpretada como reflexo do processo de despersonalização que atravessa as mulheres em contextos patriarcais. Butler (2015) argumenta que aquilo que não é nomeado, ou que não se enquadra nas normas regulatórias do discurso, torna-se ininteligível, invisível, fora da esfera do reconhecimento. É o que acontece com a rapariga: sua subjetividade não é plenamente enunciada, restando apenas o signo exterior que a representa. Ao ser “a dos óculos escuros”, ela não é reconhecida pelo que é, mas pelo que aparenta carregar.

Esse mecanismo é perceptível já no modo como a rapariga é nomeada. O narrador observa: “Chamavam-lhe a rapariga dos óculos escuros, era assim que a conheciam, ninguém parecia preocupar-se com o nome que tinha” (SARAMAGO, 1995, p. 58). O apagamento do nome próprio e sua substituição por um acessório da aparência expõem a identidade feminina como algo produzido pelo olhar social. Como aponta Butler (2003, p. 29), “não existe identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performativamente constituída pelas próprias expressões”. Nesse caso, a personagem é constituída não por sua interioridade, mas pela repetição de um signo externo (os óculos), que se cristaliza como sua identidade.

Outro aspecto central é o estigma da prostituição: “Era prostituta, a sua vida fora sempre essa, os homens passavam e ela ficava” (SARAMAGO, 1995, p. 93). Aqui, a condição da personagem é descrita como prática reiterada que a define diante do olhar coletivo. Trata-se de um destino performativo socialmente, em que o feminino aparece reduzido à sexualidade disponível. Butler (2003, p. 43) afirma que “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório altamente rígido”. A prostituição, nesse sentido, surge na narrativa como resultado de um conjunto de atos normativos que, pela repetição, constroem a personagem como corpo objetificado.

Por fim, o gesto aparentemente banal de pentear-se diante do espelho, mesmo em meio ao colapso social, reforça esse processo: “A rapariga dos óculos escuros penteava-se diante do espelho partido, como se fosse preciso estar bela mesmo onde já nada havia” (SARAMAGO, 1995, p. 175). O ato de insistir em sua aparência não decorre de uma necessidade prática, mas da imposição social que vincula o valor da mulher à beleza e à sedução. Para Butler (2003, p. 190), “os atos e gestos, os desejos e as práticas criam a ilusão de uma essência interior coerente, mas, na verdade, são a produção reiterada de normas regulatórias”. A personagem, nesse sentido, encarna a permanência da norma de feminilidade mesmo quando o mundo ao redor já não oferece condições para sustentá-la.

Assim, a rapariga de óculos escuros é apresentada não como sujeito de uma essência, mas como corpo que se constrói a partir da repetição de práticas normativas - ser reconhecida pela aparência, ser reduzida ao papel de prostituta, insistir na beleza. A literatura de Saramago, nesse ponto, encena a tese de Butler: a

identidade de gênero não é algo que se “é”, mas algo que se “faz”, continuamente, sob coerção cultural.

Butler (2003) sugere que identidades assim são performativamente constituídas: a rapariga não apenas sofre exploração, mas também cumpre, repetidamente, papéis que reforçam sua marginalização. Assim, no trecho a seguir, essa realidade de invisibilidade e marginalização pode ser identificada: “A rapariga dos óculos escuros não disse nada, não porque não tivesse algo a dizer, mas porque parecia que não havia ninguém para ouvir” (SARAMAGO, 1995, p. 68).

Nesse discurso ainda do gênero feminino ser objeto de performance, cabe referenciar o lugar social da personagem como um corpo que transita na marginalização, como um território que já internalizou sua condição de “ser” explorado, vítima da cultura de violência de invasão dos corpos subalternos: A rapariga dos óculos escuros, que até então ninguém ousara tocar, permaneceu de pé, imóvel, esperando, sem saber ao certo o que se esperava dela. (SARAMAGO, 1995, p. 72).

Esse momento revela como sua posição social a mantém à margem, sujeita ao olhar e à expectativa alheia, refletindo uma condição de dependência e invisibilidade que atravessa sua existência. A personagem não é plenamente reconhecida como sujeito autônomo; sua ação é mediada por normas externas que definem o que ela pode ou deve fazer. Assim, Butler (2003) explica que o gênero é performativo, ou seja, a identidade socialmente reconhecida não é um dado natural, mas resultado de atos e comportamentos reiterados conforme normas vigentes. A rapariga dos óculos escuros encarna, nesse sentido, a precariedade da identidade feminina: ela existe apenas através da marca do objeto que a distingue, sem que seu “eu” seja plenamente enunciado ou socialmente inteligível. Sua invisibilidade, portanto, simboliza a subordinação e a marginalização históricas das mulheres, cuja subjetividade é frequentemente negada ou definida pelo olhar patriarcal.

2.4 A cegueira como metáfora da invisibilidade feminina

A cegueira que atinge a população em Ensaio sobre a cegueira funciona como metáfora para uma sociedade incapaz de enxergar a subjetividade feminina. Ainda que todos percam a visão, as mulheres continuam a ser percebidas, julgadas

e definidas por seus corpos. Nesse contexto, percebe-se que a ironia dessa construção narrativa é central na personagem da rapariga de óculos escuros: marcada por um acessório visual, ela permanece associada à aparência, como se sua identidade só pudesse existir naquilo que o olhar capta. Assim, o narrador descreve: “Mesmo quando todos estavam cegos, ela sentia o peso do olhar masculino sobre seu corpo” (SARAMAGO, 1995, p. 167). Sob essa óptica, a cena evidencia que, ainda na ausência literal da visão, o corpo da mulher continua sendo *locus* de desejo, vigilância e controle.

A invisibilidade que recai sobre a rapariga dos óculos escuros pode ser lida também como metáfora da forma como a sociedade constrói a percepção sobre o corpo feminino. Como sugere Saffioti (2004), a dominação patriarcal se sustenta não apenas na violência física, mas também em mecanismos de apagamento simbólico que limitam a possibilidade de a mulher ser reconhecida como sujeito pleno. Nesse sentido, o elemento “óculos”, descrito na cor escura, que cobre os olhos da personagem, o qual funciona como metáfora dessa opressão: ao mesmo tempo em que protege e oculta, ele evidencia a necessidade de se submeter a uma lógica social que limita sua visibilidade e agência, transformando o corpo em objeto de controle moral e coletivo. Como relata o MIES, (2014) no seu discurso que afirma a mulher estar acomodada em um lugar de invisibilidade diante da sociedade, quando o espaço que esta busca ocupar é diferente daquele imposto pelos opressores sociais. Ademais, carrega uma simbologia que vai além da sua função narrativa, já que inicialmente um simples adereço, converte-se em um signo de invisibilidade e de ocultamento. A personagem, identificada apenas por esse objeto, não possui nome próprio e se apresenta ao leitor mediada por um acessório que encobre, disfarça e esconde, tornando-a uma presença marcada pela sombra e pela dificuldade de ser vista em sua inteireza. Assim, pode –se observar essa condição no trecho em que ela revela:

Sou uma rapariga de óculos escuros, sou uma prostituta, a minha vida foi sempre esta, vender o corpo. Aqui dentro não preciso de óculos, mas continuo a usá-los, não quero que vejam o que sinto, não quero que saibam quem sou. (SARAMAGO, 1995, p. 119).

A fala revela como sua existência foi reduzida à função sexual, transformada

em mercadoria socialmente aceita e, ao mesmo tempo, estigmatizada. Federici (2017) observa que, com a consolidação do capitalismo, o corpo feminino foi progressivamente disciplinado e “domesticado” para servir ao trabalho, à reprodução e à sexualidade masculina, sendo a prostituição um dos espaços mais explícitos dessa exploração. A rapariga, ao afirmar que não deseja ser vista além do corpo que vende, evidencia esse processo de apagamento identitário e de interiorização da violência e domesticação: ela própria já não se percebe fora da lógica da mercantilização, restando-lhe apenas os óculos escuros como resistência mínima, um gesto para esconder aquilo que o sistema não pode capturar – sua subjetividade.

Esse recurso literário dialoga com a condição histórica da mulher sob o patriarcado: invisibilizada, silenciada e, muitas vezes, reduzida a fragmentos ou funções. Ao não nomear suas personagens, Saramago universaliza a experiência da cegueira, mas, ao particularizar a rapariga como “a dos óculos escuros”, reforça a metáfora do corpo feminino como aquele que se oculta, que precisa se proteger do olhar do outro. Assim, o objeto torna-se um marcador de identidade que paradoxalmente anula sua singularidade, reduzindo-a a um signo externo.

Ao mesmo tempo, a escolha de Saramago abre espaço para uma leitura de resistência. O adereço que lhe retira a visibilidade também funciona como escudo: ao esconder os olhos, a rapariga preserva algo de si em um ambiente marcado pela exposição extrema e pela violação dos corpos. A invisibilidade, nesse caso, pode ser lida como estratégia ambígua, é efeito da dominação, mas também possibilidade de proteção diante de uma realidade em que ser vista equivale a ser vulnerável.

Sendo assim, a personagem encarna a continuidade histórica da domesticação feminina: um corpo que sofre sob imposições que não se reduzem a coerções explícitas, mas se perpetuam através da vigilância social, da expectativa de cuidado e da internalização de normas patriarcais. Portanto, ao colocar o corpo da rapariga em interação constante com os demais personagens e com as regras emergentes da quarentena, evidencia como a opressão e a domesticação se estendem para além do indivíduo, moldando o corpo feminino em relação ao coletivo e tornando-o um território de controle e disciplina social, reforçando a ideia de que a subordinação feminina é sistemática, persistente e profundamente

enraizada nas estruturas sociais.

Judith Butler (2003) oferece ferramentas conceituais decisivas para essa leitura. Para a filósofa, a identidade de gênero não é uma essência anterior ao olhar, mas um efeito produzido pelas normas culturais que se repetem e se inscrevem sobre o corpo. Como afirma: “não existe identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performativamente constituída pelas próprias expressões” (BUTLER, 2003, p. 29). Assim, o fato de a rapariga ser percebida como corpo sexualizado, mesmo em meio à cegueira coletiva, demonstra que a identidade feminina não se sustenta em sua interioridade, mas na repetição de normas sociais que a aprisionam em papéis regulados, objeto de desejo, corpo disponível, aparência estigmatizada.

Silvia Federici (2017) complementa essa análise ao afirmar que, historicamente, o corpo da mulher foi transformado em recurso social apropriável e disciplinado, condição essencial para a organização da vida econômica e política. No romance, a cegueira não rompe esse processo: ao contrário, a dependência coletiva intensifica a lógica pela qual o corpo feminino é colocado à disposição dos interesses masculinos, seja como objeto de desejo, seja como moeda de troca. A rapariga, por sua trajetória de prostituição e por sua marca visual (os óculos), encarna essa dimensão histórica da exploração.

Heleieth Saffioti (2004) também contribui ao ressaltar que a dominação patriarcal se sustenta tanto na violência física quanto em mecanismos de apagamento simbólico. Ao ser designada apenas pelo acessório que traz no rosto, a rapariga tem sua subjetividade eclipsada. Sua identidade individual desaparece em favor de um signo social que a inscreve como “outra”, como objeto, jamais como sujeito pleno. O apagamento do nome próprio, comum às personagens femininas do romance, traduz literariamente esse processo de invisibilização simbólica que sustenta a hierarquia de gênero.

Um primeiro indício desse processo é o modo como a cegueira coletiva transforma os espaços de sociabilidade em territórios de hierarquia e exclusão. Ao ser conduzida para a quarentena, a rapariga é reduzida à condição de corpo entre corpos: “Foram entrando, uns tropeçando nos outros, como se a cegueira fosse uma forma de escuridão densa, material, que lhes enchia a alma e os olhos” (SARAMAGO, 1995, p. 42). A descrição evidencia a perda da individualidade, mas,

no caso da rapariga, esse apagamento não é total, pois seu corpo feminino permanece diferenciado - alvo de estigma e desejo, mesmo em meio ao caos.

A sexualidade da rapariga aparece como elemento recorrente de sua caracterização, e a cegueira não rompe esse processo. Em momento de intimidade com um dos companheiros de infortúnio, o narrador observa: “A rapariga dos óculos escuros aproximou-se dele, buscou-lhe a mão, deixou-a ficar sobre o seu corpo, como quem repete um gesto antigo, natural” (SARAMAGO, 1995, p. 112). A naturalização do gesto expõe o quanto a identidade feminina é marcada pela repetição de práticas de sedução e disponibilidade sexual. Nesse sentido, a cegueira generalizada não elimina o desejo, mas o torna ainda mais mecânico, revelando que o gênero, como propõe Butler (2003), é resultado da estilização repetida do corpo, e não de uma essência interior.

Outro momento emblemático ocorre quando a rapariga estabelece vínculo com o menino estrábico. O narrador registra: “Deitou-o sobre as suas pernas, acariciou-lhe os cabelos, como se fosse mãe dele” (SARAMAGO, 1995, p. 203). Aqui, a personagem performa um papel distinto: o materno, do corpo objetificado, ela se converte em corpo cuidador, revelando que a feminilidade é múltipla e contraditória, sempre construída em atos e encenações. Butler (2003, p. 200) lembra que “o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituída em um espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos”. Assim, a personagem, ao oscilar entre prostituta e mãe, dramatiza a instabilidade performativa da identidade feminina.

Por fim, a experiência do banho coletivo é significativa para pensar a relação entre cegueira e corpo feminino. No espaço da água, os personagens tentam reencontrar resquícios de humanidade: “A rapariga dos óculos escuros despiu-se devagar, entrou na água e sentiu que todos, cegos, a seguiam com os olhos” (SARAMAGO, 1995, p. 221). A cena demonstra que a cegueira não anula o olhar patriarcal: mesmo sem ver, os homens continuam a reproduzir o gesto de objetificação. Trata-se de olhar simbólico, internalizado, que ultrapassa a necessidade da visão física. Como analisa Federici (2017), a exploração do corpo feminino não depende apenas da coerção imediata, mas se sustenta em uma longa história de disciplinamento que naturaliza a mulher como objeto de apropriação.

Essas passagens revelam que a cegueira saramaguiana não é apenas

metáfora da falta de compaixão ou solidariedade, mas também da incapacidade estrutural da sociedade de reconhecer a subjetividade feminina. A rapariga dos óculos escuros, mesmo em um mundo privado da visão, permanece reduzida a papéis reiterados, prostituta, sedutora, mãe, corpo exposto, demonstrando que o patriarcado enxerga para além dos olhos: sua cegueira é seletiva, pois recusa ver a mulher como sujeito.

Logo, a cegueira coletiva de Saramago revela uma contradição fundamental: mesmo sem olhos que vejam, o patriarcado continua a enxergar o corpo feminino como objeto. A rapariga de óculos escuros é prova disso: mesmo no colapso da visão, seu corpo permanece visível para o poder masculino, denunciando que o olhar patriarcal é menos físico do que social, menos óptico do que normativo.

CONCLUSÃO

A análise empreendida ao longo deste trabalho buscou evidenciar como o corpo feminino, especialmente na figura da “rapariga dos óculos escuros” em Ensaio sobre a cegueira (1995), de José Saramago, é construído literariamente como território de exploração, normatização e disputa simbólica. A cegueira coletiva, ao invés de apagar as hierarquias sociais, expõe de forma ainda mais crua os mecanismos de poder que historicamente recaem sobre as mulheres, reafirmando que o patriarcado não depende do olhar físico para operar: ele se sustenta em práticas sociais, discursivas e culturais que moldam e aprisionam a identidade feminina.

A partir de Judith Butler (2003), foi possível compreender como a personagem é constituída performativamente por atos e gestos reiterados, a prostituição, o cuidado com a aparência e a maternagem, que não revelam uma essência, mas sim a repetição de normas de gênero que conferem ao feminino a aparência de estabilidade. Silvia Federici (2017) permitiu inscrever a trajetória da rapariga em uma longa história de exploração material do corpo feminino, em que a sexualidade e a reprodutividade são apropriadas como recursos sociais e econômicos. Já Heleieth Saffioti possibilitou compreender a permanência das estruturas patriarcais que, pela violência física e pelo apagamento simbólico, reduzem as mulheres a papéis de subalternidade.

Nesse cruzamento entre literatura e teoria de gênero, percebe-se que a rapariga de óculos escuros não é apenas uma personagem isolada, mas metáfora da condição histórica das mulheres em sociedades patriarcais: vistas, julgadas e nomeadas pelo corpo. Portanto, chega-se à conclusão de que a personagem sintetiza a história da exploração feminina: seu corpo é objeto de domesticação, exploração e construção performativa de gênero, como verificado pela tríade teórica referenciada no trabalho.

Dessarte, pode-se concluir que a literatura pode funcionar como espaço de denúncia e reflexão política, ao tornar visíveis dinâmicas de poder que muitas vezes permanecem naturalizadas. Ao colocar o corpo feminino no centro de sua parábola social, Saramago não apenas narra uma catástrofe, mas revela a persistência de um

olhar patriarcal que, mesmo na cegueira, continua a enxergar a mulher como “outro”, como objeto e não como sujeito. Esse é talvez o aspecto mais perturbador e, ao mesmo tempo, mais potente da narrativa: ao iluminar a cegueira social em relação às mulheres, o romance convoca o leitor a ver o que tantas vezes se prefere ignorar.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. Tradução de Waltensir Dutra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

MIES, Maria. **Patriarcado e acumulação em uma escala mundial**: mulheres, trabalho e nova divisão internacional do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PIMENTEL, Irene. **História das organizações femininas em Portugal**: século XX. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

RODRIGUES, Letícia; COSTA, Marília. **A representação do corpo em Ensaio sobre a cegueira**. [S.l.: s.n.], [201-?]. Disponível em: <https://petletras.wordpress.com/a-representacao-do-corpo-em-ensaio-sobre-a-cegueira>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classe**: mito e realidade. São

Paulo: Expressão Popular, 2004 [1976].

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Mulher brasileira**: opressão e exploração. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SARAMAGO, José. Ensaio sobre a cegueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Helena da. **Mulheres no Estado Novo**: discursos, práticas e quotidianos. Porto: Afrontamento, 2012.

SILVA, Ulisses Coelho da; SILVA, Aline Conceição Job da. **Ensaio sobre a cegueira**: uma leitura sob a ótica da responsabilidade e dos símbolos. Caderno de Letras, Porto Alegre, n. 28, p. 53–74, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/cadernodeletras/article/view/11918>. Acesso em: 20 ago. 2025.

TEIXEIRA, Leonardo Rodrigues. **A representação feminina em Ensaio sobre a cegueira**: uma análise das obras fílmica e literária sob a ótica da Literatura Comparada. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC, 13., 2013, Campina Grande. Anais... Campina Grande: Editora Realize, 2013. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/4400>. Acesso em: 20 ago. 2025.